



ESCOLA DE ENFERMAGEM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CURSO DE BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA

ESTELLA MARIS DA SILVEIRA DUTRA

SAÚDE, CULTURA E GENTRIFICAÇÃO:

Análise da construção do Complexo Cultural do Porto Seco em Porto Alegre

Porto Alegre, 2017

ESTELLA MARIS DA SILVEIRA DUTRA

SAÚDE, CULTURA E GENTRIFICAÇÃO:

Análise da construção do Complexo Cultural do Porto Seco em Porto Alegre

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, requisito parcial à obtenção de título de Bacharela em Saúde Coletiva, Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor orientador: Frederico Viana Machado.

Porto Alegre

Ago, 2017

DEDICATÓRIA

As minhas filhas Hellen Dutra Moreira e Kellen Renata Dutra Moreira, que desfilaram como “baianinhas” na inauguração da Pista de Eventos com Sociedade Beneficente Cultural e Recreativa Imperatriz Dona Leopoldina.

AGRADECIMENTOS

Aos professores:

- *Adriana Roese, Alcides Miranda, Alcindo Ferla, Carlos Aita, Cristianne Rocha, Darci Campani, Daniel Canavese, Dário Pasche, Fernanda Bairros, Gabriela Godoy, Lisiane Possa, Luciane Teixeira, Marlise Mesquita, Ricardo Ceccin, Roberto Medeiros, Stela Meneghel, Tatiane Gerardht, que tiveram muita paciência em construir a minha graduação.*
- *Ao meu professor orientador Frederico Machado, que foi muito dedicado.*
- *Aos meus orientadores de estágio I e II Rosa Levandovski e Jaqueline de Oliveira.*
- *Aos mentores do curso.*

Aos secretários do curso, João, Henrique e o Vinícius, que desenvolvem seu trabalho com muita atenção.

Aos trabalhadores da recepção, vigilância, conservação e limpeza, que me receberam com sorriso no rosto.

As minhas filhas que tiveram a sensibilidade de entenderem as minhas ausências.

Ao meu amigo e companheiro Luis Fernando Lima, que me apoiou com seu conhecimento e atenção durante todo o meu percurso acadêmico.

Aos colegas do curso, em especial à Roseli Calini e Daiana dos Santos por me acompanharem até o ponto do ônibus todas as noites durante quatro anos.

Ao Sr Luis Inácio Lula da Silva, por ter oportunizado este espaço de aprendizagem através das cotas raciais em uma universidade federal.

*No teatro da vida
Vou fazendo o meu papel
As leis que são escritas
Me deixam jogado ao léu
Oh! Meu Brasil que confusão
Faça cumprir a Constituição
Chega de ver nosso irmão
com cobertor de jornal
Quero igualdade social
é o meu machê no carnaval*

(Autor: Arizinho Rodrigues)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Protótipo 3D Pista de Eventos.....	19
Figura 2 - Pista de Eventos atual.....	27
Figura 3 - O "monta e desmonta" de arquibancadas.....	27
Figura 4 - Portão quebrado na entrada dos barracões.....	29
Figura 5 - No Sambódromo somente os barracões.....	29
Figura 6 - Violências em torno do CCPS.....	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2 A TRAJETÓRIA DOS CARNAVAIS DE PORTO ALEGRE.....	12
3 DE PISTA DE EVENTOS À SAMBÓDROMO: UMA HISTÓRIA DE LUTAS	17
3.1 COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO PRÓ-PISTA DE EVENTOS.....	17
3.2 Pista de Eventos no Porto Seco.....	20
3.3 I Seminário da Pista de Eventos da Zona Norte	23
3.4 A Vitória da Comunidade	25
4 MOBILIZAÇÃO PELO COMPLEXO CULTURAL DO PORTO SECO	31
4.1 AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS	32
4.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE.....	33
5 CULTURA DA PAZ E PROMOÇÃO DA SAÚDE	37
CONSIDERAÇÕES	40
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXO 1 - Convites para Audiências Públicas.....	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de monografia tem como objetivo analisar a história da construção do Complexo Cultural do Porto Seco - Sambódromo, no contexto do desenvolvimento histórico do carnaval de Porto Alegre, relacionando-a com suas implicações para a saúde.

O interesse em apresentar este tema se justifica pela cultura do carnaval, do samba e dos sambas de enredo estarem presentes em minha vida. Nasci e vivi por longos anos no bairro Auxiliadora em Porto Alegre, onde no período de minha infância e adolescência havia ainda o carnaval de rua, de coreto, na Avenida Anita Garibaldi. Depois de alguns anos este carnaval de rua desapareceu restando somente a possibilidade de o carnaval acontecer na Avenida Loureiro da Silva, mais tarde sendo deslocado para a Avenida Augusto de Carvalho e mais recentemente o carnaval para o Sambódromo, sendo que, deste último, acompanhei o desenvolvimento de suas obras que foram iniciadas há mais de uma década.

A relação entre as práticas culturais desenvolvidas no Complexo Cultural do Porto Seco e os atravessamentos históricos e políticos incluídos nessa análise com o campo da saúde, leva em consideração as necessidades sociais em saúde e a indissociabilidade da saúde com as questões ambientais e, conseqüentemente, já que tratamos de práticas culturais, do acesso a cultura também presente nas diretrizes nacionais sobre promoção da saúde. Esta relação é importante para este trabalho, pois em nossa revisão bibliográfica só encontramos estudos sobre o carnaval de Porto Alegre no campo da história, ciências sociais, tais como sociologia e antropologia e letras. Nestes referenciais não encontramos discussões que articulasse cultura e saúde tomando o carnaval como objeto de análise.

Mayor et al (2008,p.43) argumenta que o

O carnaval **historicamente** (grifo meu) foi abordado pela saúde apenas como evento de resposta coletiva às epidemias promovendo (...) a distribuição de camisinhas no carnaval, permitindo assim observar valores sociais (...) ao mesmo tempo em que as hierarquias entre essas medidas permitem observar estruturas de autoridades científica ou religiosa, valores e crenças. Não sendo considerado como espaço de produção identitária relevante para a promoção da saúde.

Outro aspecto importante para o recorte aqui apresentado, diz respeito ao racismo e a gentrificação urbana, que vem impedindo uma parte da população, que há séculos luta pelo reconhecimento e o respeito de sua cultura, de ter acesso a um local digno para desenvolver a

suas práticas culturais. É importante lembrar que a “cultura do carnaval contribuiu para a construção da identidade dos Portoalegrenses, conforme estudo apresentado por Germano (2008), considerando que a identidade étnica é construída e transformada na interação dos grupos sociais” e “nesta festa popular não há discriminação de raças, gêneros e etnias” (BARTH,1998 apud GERMANO,2004, p.34). Deste modo, ao considerar que as questões relativas à ocupação do espaço urbano se relacionam às necessidades sociais em saúde, justifica-se a necessidade de compreendermos estes fenômenos e as práticas sociais e políticas que os atravessam.

Pesquisas como a de Bittencourt (2016), e Duarte (2013), analisaram a importância do Complexo Cultural do Porto Seco (CCPS) para a consolidação da cultura carnavalesca em Porto Alegre, bem como para o desenvolvimento local, já que este projeto está relacionado à construção de equipamentos públicos essenciais para a comunidade e para o crescimento econômico da região. Isto reforça a importância do CCPS para pensarmos as políticas públicas no território.

Traremos no segundo tópico com mais detalhamento da história do CCPS, aqui nos cabe ressaltar que este projeto, desde que foi concebido em 1998, passando por sua inauguração em 2004, até os dias de hoje, foi palco de inúmeros conflitos, lutas sociais e promessas eleitoreiras. Ainda hoje, apenas parte das obras previstas foi concluída, como a pista de desfile e os 15 barracões para confecção dos adereços, fantasias e alegorias (PORTONAFOLIA, 2011).

Cattani (2014) afirma que “desde 1962 o Conselho Municipal de Turismo (1971) já havia expressado o desejo de construir um local específico para a realização da festa de momo em Porto Alegre”. Isto nos mostra que tratamos de uma questão relativamente antiga e que segue gerando divergências de interesses entre diversos atores sociais.

Nesta análise, utilizaremos as considerações sobre saúde e cultura, elaboradas por Campos (2001), que nos serão úteis para compreender porque as contradições presentes na construção do Complexo Cultural do Porto Seco representam prejuízos para a melhoria da qualidade de vida da população e, conseqüentemente, da saúde, bem como para os investimentos em cultura popular.

Rosa (2008), ao discutir a história do carnaval no Brasil, argumenta que as práticas carnavalescas do Rio Grande do Sul foram pouco documentadas, quando comparadas às outras regiões do Brasil. Este traço também pode ser identificado na produção acadêmica sobre o tema hoje, pois, encontramos poucos trabalhos, em comparação com outros estados, cujas tradições carnavalescas receberam mais atenção da mídia. Deste modo, este trabalho busca contribuir

também com o resgate e a visibilidade dessas práticas culturais dos Portalegrenses. Campos nos lembra de que “quando a gente fala de cultura e saúde, nós estamos falando de atributo humano” (2001, p.3). Na Política Nacional de Promoção da Saúde (2015), encontramos orientações sobre a implantação de saúde em todas as políticas, o que contribui para pensarmos sobre as relações entre o CCPS e o campo da saúde.

A definição do local para a Pista de Eventos foi realizada à luz da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto das Cidades que “visa assegurar à sociedade o direito às cidades sustentáveis, ao saneamento ambiental, à moradia, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, as presentes e futuras gerações”. As diretrizes gerais tiveram como respaldo o princípio da gestão democrática, constituindo os conselhos de políticas, segundo Arvitzter (2008), bem como os Planos Diretores Municipais.

No segundo tópico abordaremos a história do carnaval de Porto Alegre, considerando a construção de identidade dos Portoalegrenses, aspectos históricos do carnaval da cidade, no que diz respeito ao processo de racismo institucional e do processo de gentrificação desenvolvidos pelo poder público. Passaremos então, neste capítulo, a uma descrição histórica da construção do Complexo Cultural do Porto Seco, de modo a identificarmos o seu surgimento, os conflitos envolvidos, a estruturação deste processo, as contradições do poder público referente à legitimidade desta manifestação cultural na vida pública da cidade, os atores envolvidos e as estratégias de luta que foram utilizadas para pressionar o poder público.

As discussões acerca da pista de eventos ao sambódromo serão apresentadas no terceiro tópico onde abordarei as mobilizações da comunidade da zona norte para a aprovação do equipamento bem como da Lei N° 12.604 que declara o Complexo Cultural do Porto Seco integrante do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico do Rio Grande do Sul.

A Mobilização pelo Complexo Cultural do Porto Seco, a partir de 2013, será apresentada no quarto tópico. Mostra o descontentamento da comunidade e as chamadas públicas para abaixo assinado pela conclusão do mesmo, audiências públicas solicitadas na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Foram analisadas atas taquigrafadas bem como os seus encaminhamentos. No quinto tópico, analisaremos as implicações e as relações do processo histórico descrito para o campo da saúde.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo optou por uma abordagem qualitativa que se valerá da análise de documentos que me ajudem a investigar os aspectos históricos da construção do sambódromo,

considerando elementos políticos e culturais atravessados nessa história. Para Minayo (2001),

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINYAO, 2001 APUD, GERHARD, ET AL, 2009, p.32).

Trabalharemos com levantamento de dados e análise de documentos, metodologia que trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil, por vezes, distingui-las. Estas metodologias utilizam fontes constituídas por materiais já elaborados, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas, bem como documentos disponíveis e arquivos públicos ou privados:

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32 APUD, GHERHARDT, et al, 2009.).

Os documentos que utilizamos nesta pesquisa foram coletados a partir de relações pessoais da autora com atores envolvidos com a luta pela construção do Complexo Cultural do Porto Seco. Foram analisados os seguintes documentos:

- a) Relatório da Comissão Pista de Eventos, instalada no gabinete do Secretário Municipal do Planejamento, oficializada em 09 de outubro de 2001. Esta comissão tinha como atribuição avaliar a utilização do equipamento considerando as necessidades e potencialidades da região. Com atas que vão da data de 06 junho de 2001 a janeiro de 2005;
- b) Um dossiê elaborado pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS), que contém transcrições das audiências realizadas para discussão das possibilidades das conclusões do CCPS, a construção da pista de eventos (que foi um dos nomes atribuídos ao complexo cultural);
- c) Um dossiê elaborado pela Comissão de Educação, Cultura Esporte e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre (CECE, CMPA), que contém transcrições das audiências realizadas para discussão das possibilidades de conclusão do complexo;
- d) Materiais de jornais e revistas que abordam o tema sobre as possibilidades de conclusão das obras da conclusão do Complexo Cultural do Porto Seco; das promessas do candidato a prefeito e do prefeito em exercício nos anos de 2012 a 2016.

- e) Relatório da Conferência Municipal de Cultura do ano de 2013, no qual foi abordada a construção do complexo;

2 A TRAJETÓRIA DOS CARNAVAIS DE PORTO ALEGRE

A história do carnaval de Porto Alegre, segundo o livro *Fragmentos Históricos do Carnaval de Porto Alegre* (PORTO NA FOLIA, 2011), remonta ao século XIX, com a passagem do entrudo, uma brincadeira que tinha como objetivo, molhar e sujar o adversário. Na época, esta prática foi perseguida pelo poder público, que aplicava multas estabelecidas pelos Códigos de Posturas Municipais (LEAL, 2008) às pessoas que desenvolvessem a brincadeira. As justificativas para a aplicação destas multas estavam relacionadas às epidemias de “cólera”, “tifo” e “tísica”, como determinantes da saúde para a não realização da brincadeira. Vemos que desde este período a relação entre as práticas carnavalescas e as políticas públicas de saúde já estava dada. O Entrudo (1870), que passou por épocas de liberação e proibição, deixou de ser usado após o surgimento das sociedades “Esmeralda” e “Venezianos”, (PORTO NA FOLIA, 2011), que dominaram o carnaval até o ano de 1900.

A partir da década de 30, o carnaval de Porto Alegre era festejado nos bairros “Areal da Baronesa”, um reduto carnavalesco, e na “Colônia Africana”, local onde os escravos libertos fixaram moradia, hoje conhecidos como bairros Monte Serrat, Rio Branco e Auxiliadora. Estes bairros há alguns anos vem perdendo sua negritude pela exploração imobiliária, processo que acompanha a história do carnaval da cidade. Neste período o carnaval era composto por blocos humorísticos como o “Tô com a Vela”, “Canela de Zebu” e “Te Arremanga e Vem”, entre outros. Os Blocos humorísticos foram proibidos pela prefeitura de Porto Alegre a partir de 1970 em razão das críticas agudas dirigidas principalmente aos políticos. As Bandas que tiveram seu apogeu nas décadas de 70 e 80 desapareceram e ou se transformaram em Escolas de Samba. As “Tribos, que eram consideradas as “Escolas de Samba” da época, num total de dezessete tribos, entre elas, os “Arachaneses”, “ Os Aymorés”, “ O Bororós”, “ Os Caetés”, “ Os Charruas”, “Os Navajos”, “Os Potiguares”, “Os Tapajós”, “Os Tapuias”, “Os Tupinambás”, “Os Xavantes”, “ As Iracemas”, “ Os Rojábas”, “ Os Guaranis”, “OS Tamoios”. As Tribos eram característica do carnaval de Porto Alegre. Estas foram desaparecendo ao longo do tempo. Atualmente existem somente duas tribos: “As Tribos Comanches” e “Guaianazes” (PORTO NA FOLIA, 2011).

A partir de 1961 as Escolas de Samba seguiram o modelo de desfile do carnaval carioca, tendo os desfiles apresentados em diversos locais da cidade. O Quadro 1 apresenta os locais por onde o carnaval de Porto Alegre passou no período de 1870 à 2004. Observa-se

também a transição de um carnaval eminentemente indígena, para um carnaval que segue o modelo carioca.

Quadro 1 – Locais por onde o carnaval de Porto Alegre passou

Ano	Atividade	Local dos desfiles
1870	Entrudo	
1900	Sociedades Esmeraldas e Venezianos	
1930	Blocos de Rua	Areal da Baronesa
		Praça Senador Florêncio (Praça da Alfândega)
		Colônia Africana
		Primeiros coretos populares de bairro
		1º Rei Momo Negro
1942		Avenida Salgado Filho
1943 1945	2ª Guerra Mundial	Não houve carnaval
1946	Carnaval da Vitória	Avenida Borges de Medeiros
1950		Característica única do carnaval de Porto Alegre
1951		Rua do Arvoredo, atual Fernando Machado
1953	Tribos	Rua General Bento Martins
1955		Praça da Alfândega esquina com Rua Fernando Machado
1956		Rua da Margem do Arroio, hoje Rua João Alfredo.
1960	1ª Escola de Samba - Praiana	Borges de Medeiros esquina com a Rua da Praia (Esquina Democrática)
1962	Conselho Municipal de Turismo	Avenida Eduardo (atual Avenida Presidente Roosevelt)
	O CMT expressa o desejo de construir um local específico para a realização da festa de "momo" em Porto Alegre.	
1963	Blocos /Escolas de Samba	Avenida Borges de Medeiros
1965	Bandas	Avenida João Pessoa
1970	Extinção dos blocos	Rua João Alfredo
	A extinção dos blocos ocorre pelo motivo das críticas serem dirigidas aos políticos	
1971	Escolas de Samba	Avenida Borges de Medeiros
1974	Escola de Samba	Av João Pessoa
1976	Blocos de Sociedade (Clubes Sociais)	Avenida Loureiro da Silva conhecida como Avenida Perimetral
1977	Oficialização das Muambas	Ensaios técnicos dos blocos, tribos e escolas de samba, uma semana antes da apresentação oficial.
1980	Bandas se transformaram em Escolas de Samba	
1988 – 2003	Escolas de Samba	Avenida Augusto de Carvalho
	Observações:	
	1994 – É constituída uma comissão especial com a finalidade de acompanhar e sugerir um local para a implantação da pista de eventos, processo N° 2645 / 94, Câmara Municipal de Porto Alegre. Locais Indicados:	
	1995 – Linha Ferroviária	
	1997 – Parque Marinho do Brasil	
2000 – Foz Arroio Dilúvio		
2002 – Restinga, Humaitá, Porto Seco		
2003	Construção da Pista de Eventos no Porto Seco	
2004	Inauguração da Pista de Eventos	2006 – Instituído Patrimônio Histórico, Turístico e Cultura do RS. Lei N 12.604 de 10 Out 2006.

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora.

A mudança do local de desfiles do carnaval da Avenida Perimetral para a Avenida

Augusto de Carvalho (SANTOS, 2011), “ocorreu após algumas dificuldades apresentadas pelos carnavalescos ao poder público em relação à altura do viaduto dos Açorianos”, que impediam o crescimento das alegorias e também em relação à largura da pista de desfile. Foi então que o Prefeito Alceu Collares¹, no final de seu mandato -1988 inaugura a pedra fundamental do “Sambódromo” na Av. Augusto de Carvalho, ficando para a próxima administração, a tarefa de construção do sambódromo.

De 1989 a 2004 (SANTOS, 2011) a Prefeitura de Porto Alegre foi ocupada pela Administração Popular²; a partir de então, as entidades carnavalescas e a sociedade civil organizada passaram a ter um relacionamento mais direto com o poder executivo. Através da Secretaria de Planejamento Municipal e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), foi criado um grupo de trabalho dentro da Prefeitura de Porto Alegre para realizar um levantamento das necessidades para a construção do Sambódromo. A partir de então, o conceito “sambódromo” muda para Pista de Eventos.

Encontrei nos estudos de Santos (2011), relatos de que em 1994 o “executivo envia um projeto de construção da Pista de Eventos no parque Maurício Sirostki Sobrinho (Parque da Harmonia) para a Câmara de Vereadores - CMPA”, o qual foi recusado. Em 1995 o “projeto é apresentado novamente na CMPA”, com alterações, porém, foi impedido de ir à votação por um mandato de segurança do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que nos seus argumentos, entendiam que a Pista de Eventos naquele local, causaria impactos ambientais, conforme também relatado por Grehs (1998), no relatório do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Câmara Técnica de Legislação Ambiental³. No ano de 1997 a prefeitura apresenta uma nova proposta de local, o Parque Marinho do Brasil nas proximidades do Estádio Beira Rio o qual sofreu ações no Ministério Público, movidos pelas “Associações de Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus, Hospital Menino Deus, Residencial Menino Deus, Fundação Estadual do Bem Estar do Menor e Vovó Clin – Clínica Geriátrica”, argumentando a questão do barulho, conforme relatório Grehs (1998). Santos (2011) refere que “O debate durante estas polêmicas deixava transparecer o preconceito que uma parte da sociedade Portoalegrense tinha em relação ao carnaval e seus protagonistas, pobres e negros”. O

¹ Alceu Collares foi o primeiro prefeito de Porto Alegre após a redemocratização, governando de 1986 a 1988. Foi um mandato de três anos, para ajustar o calendário eleitoral brasileiro. Fonte: wikipedia.org

² O termo Administração Popular foi utilizado como slogan pelas administrações do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, de 1989 a 2004. Durante este período, a capital gaúcha tornou-se conhecida internacionalmente devido ao orçamento participativo, no qual o destino de parte dos recursos do orçamento público é decidido por grupos da população. Fonte: wikipedia.org

Secretário de Cultura, Pilla Vares⁴ ao encarar a discussão, denunciou o caráter racista que estavam por trás dos impedimentos legais (SANTOS, 2011).

O projeto é muito mais amplo e não se destina exclusivamente a arte do samba. Entretanto, além dos equívocos, as manifestações me parecem preconceituosas. O samba de Porto Alegre mais uma vez felizmente permaneceu predominantemente negro. Outra maneira preconceituosa de se encarar as escolas de samba é atribuir o carnaval um aumento da criminalidade. Isso não corresponde à realidade. Escolheu-se um inimigo claro: o carnaval (Pilla Vares, 2000 apud SANTOS, 2011, p.128xx).

Em 2000, a prefeitura apresenta nova proposta de local, a “Foz do Arroio do Dilúvio, próximo ao Anfiteatro Pôr do Sol” (GREHS, 1998). Essa alternativa foi também “rejeitada pelo fato de gerar barreira visual ao Guaíba, contrariando inclusive a Lei Orgânica do Município que estabelece a preservação da área”. E, neste mesmo ano, desencadeia um “escândalo na mídia” (SANTOS, 2011), sobre “um repasse de 700 mil reais da prefeitura a uma empresa de fachada para a construção do sambódromo na capital gaúcha”. A denúncia desencadeou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na CMPA que, conforme o jornal Estadão⁵ (2001), “a denúncia tinha como pano de fundo, prejudicar o Partido dos Trabalhadores, que administrava a Prefeitura de Porto Alegre”, conforme disse o relator da CPI: “estávamos no caminho certo, mas era ano eleitoral, e muitos vereadores eram ligados ao carnaval [...]”. Durante mais de dois anos, a definição de local foi discutido no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA)⁶, instância deliberativa composta por membros representantes das comunidades, da prefeitura e por entidades relacionadas ao tema de planejamento urbano, bem como a sociedade civil organizada, em debates públicos.

Após a realização do “Estudo de Impacto Ambiental” (GREHS, 1998), o CMDUA apresenta a CMPA, em 2002, três possibilidades: “Restinga, Humaitá e Porto Seco”. Representantes comunitários do bairro Humaitá se dividiram em contra e a favor a construção da pista de eventos, resultando em um abaixo assinado entregue ao presidente da Câmara de Vereadores – Luiz Fernando Zácchia - com mais de cinco mil assinaturas contrários à iniciativa, justificando ser um bairro residencial, temendo as arruaças e o barulho dos tamborins. Conforme o relatório do Conselho Municipal de Meio Ambiente (GREHS, 1998), a instalação da Pista de Eventos na Restinga foi rejeitada por “entenderem que a população da

⁴ Luiz Pilla Vares é jornalista, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e um estudioso de Política e Filosofia. Foi Secretário de Cultura de Porto Alegre nas gestões dos Prefeitos Olívio Dutra e Tarso Genro e Secretário de Estado da Cultura no Governo Olívio Dutra. Fonte: <<http://www.pilla.vares.nom.br>>

⁵ <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cpi-poderia-ligar-oposicao-ao-pt-ao-jogo-diz-vereador>>

⁶ O CMDUA, criado pela Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, como órgão de integração governamental, cujas decisões ficam sujeitas à homologação do chefe do Executivo Municipal.

Restinga não foi consultada para se pronunciar com relação à implantação de uma pista de eventos em seu território”, para a instalação do equipamento no Porto Seco, o posicionamento é favorável “por não se localizar no centro da cidade e por ser um empreendimento que visa criar um polo de atração”. Foi sugerido que o tema Pista de Eventos fosse “avaliado no contexto do Plano Diretor de Porto Alegre”.

A pista de eventos compreendia um espaço onde fosse realizada a apresentação dos desfiles Militar, o relacionado à Revolução Farroupilha e o Carnaval. Deveria ser um espaço de eventos oficial da cidade. Atualmente, os desfiles cívicos continuam sendo apresentados no centro da cidade e o carnaval, na periferia, com exceção dos blocos de rua, formados em sua maioria por estudantes, que têm brincado o carnaval de rua descompromissado mas com apoio do poder público.

O carnaval de Porto Alegre sempre esteve presente no imaginário da população. Esta cultura popular é passada de pais para filhos, como que na linguagem. O preconceito e discriminação que são atribuídos à esta cultura, não permite que seja vista pela sociedade como uma festa cristã, e nem as reconhecem as contribuições desenvolvidas no âmbito social, econômico e educacional.

No próximo tópico, abordaremos as lutas da comunidade da zona norte pela aprovação da pista de eventos. Foi uma trajetória que contou com grandes debates públicos orientados pela participação cidadã que aprovou a localização para a implantação do equipamento público que trazia, no seu contexto espacial, o avanço para região.

3 DE PISTA DE EVENTOS À SAMBÓDROMO: UMA HISTÓRIA DE LUTAS

3.1 COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO PRÓ-PISTA DE EVENTOS

No ano 2001, se inicia a mobilização pela pista de eventos na zona norte, com uma comissão constituída por representantes comunitários e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, orientados pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PPDUA), o Fórum Regional de Planejamento⁷, região de gestão 03, que compreende a Zona Norte e o Eixo Baltazar. As discussões se deram considerando o equipamento urbano qualificador do espaço, do ambiente social e de uso continuado, vislumbrando a possibilidade de ser potencializada a geração de emprego e renda e qualificação para o trabalho na região.

As regiões Norte e Eixo Baltazar, compõem um total 191.784 habitantes, (IBGE, 2010), representando 13,61% à população do município. O Coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita, é de 0,4731 na região Eixo Baltazar e 0,4753 na região Norte, segundo dados acessados no ObservaPoa.

As reuniões, de mobilização pró-pista de eventos, aconteciam nos Fóruns Regionais do Orçamento Participativo (FROP), onde discutiam questões que envolviam a implantação da pista de eventos. Em 09 de Outubro de 2001, foi montada e instalada a Comissão de Mobilização Pró Pista de Eventos da Zona Norte, no gabinete do Secretário Municipal do Planejamento. Esta Comissão tinha por atribuição avaliar a utilização do equipamento durante os 365 dias do ano, considerando as necessidades e potencialidades da região. A comissão era formada por representantes do Fórum Regional do Orçamento Participativo, representantes do Projeto Integrado Entrada das Cidades⁸, conforme as representantes da comissão de Cultura do Orçamento Participativo Centro Administrativo Regional, do Bairro Humaitá, da Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul (AECPARGS). As reuniões também foram acompanhadas por representantes da Habitasul, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria do Planejamento Municipal.

Bittencourt (2016) argumenta que até 2000 não houve a participação dos carnavalescos

⁷ Fóruns Regionais de Planejamento – Constituem Instâncias Regionais de Participação.

nas decisões que levaram à escolha do local para a construção do Complexo Cultural do Porto Seco. As atas das reuniões realizadas nesta comissão, entre as datas 12 de junho de 2001 a 26 de fevereiro de 2002, nota-se a presença de representantes da Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul (AECPARGS), José Sodré – Presidente da AECPARGS e Juarez Gutierrez – Presidente do Conselho da AECPARGS.

Deste modo nota-se que desde o início, este equipamento foi elemento de mobilização social e engajamento de atores políticos e culturais. Isto é importante, para destacarmos o papel simbólico do Complexo Cultural do Porto Seco para a constituição da identidade cultural das comunidades envolvidas com a prática do carnaval em Porto Alegre. Como argumenta Campos, a “cultura é um atributo humano, uma construção histórica, disciplinadora dos modos de viver a vida” (2001, p.3) e podemos identificar na Política Nacional de Promoção da Saúde

“a necessidade de articulação com outras políticas públicas para fortalecê-la, com o imperativo da participação social e dos movimentos populares, em virtude da impossibilidade de que o setor Sanitário responda sozinho ao enfrentamento dos determinantes e condicionantes da saúde” (2015, p.6).

Os assuntos discutidos nas reuniões da comissão versam sobre a apresentação do pré-projeto Pista de Eventos, apresentadas nas figuras 1- Protótipo 3D da Pista de Eventos, desenvolvidos pelo Arquiteto Luiz Carlos Zubaran (2001), apresentado à Secretaria de Planejamento Municipal. As discussões versavam sobre as atividades consideradas importantes a serem incluídas no equipamento visando a atender aos anseios, interesses e necessidades da comunidade.

No relatório final da Comissão Pista de Eventos (2001), documento levantado pela autora, está apontado como encargo da prefeitura municipal a manutenção e conservação do equipamento, a disponibilização de oficineiro e funcionários, bem como, dos materiais necessários para o funcionamento das oficinas e dos equipamentos.

Figura 1 - Protótipo 3D Pista de Eventos



Vitruvius, 2010

A comissão propôs, e foi aprovado pelo prefeito João Verle, a criação de um Conselho Gestor Paritário (sociedade civil e governo municipal), para administrar o CCPS. As atribuições deste conselho gestor seriam de avaliar e tomar todas as decisões relativas ao uso do equipamento, definindo seu funcionamento e garantindo a melhor qualidade e universalidade de atendimento, a elaboração de regras e normas para os usuários, definição de horários para funcionamento, inscrições para utilização dos serviços, busca de convênios necessários para a implementação de projetos, como o restaurante escola, museu do carnaval e universidade do carnaval.

Entendia-se que o equipamento supriria uma série de deficiências da região. As atividades seriam abertas aos cidadãos de qualquer parte da cidade, estando estes sujeitos às mesmas regras e critérios aplicados à população local. A prefeitura deveria, ainda, ao contratar e licitar os serviços, tanto para a construção do equipamento, quanto para o funcionamento das atividades comerciais, e garantir uma cota de no mínimo 30% das vagas geradas para moradores da região que teriam seus cadastros realizados através do Conselho Gestor. As entidades carnavalescas também deveriam se comprometer a absorver da região 30% da mão de obra necessária para a realização do carnaval, considerando todos os produtos que são confeccionados a cada ano.

O documento confeccionado por esta comissão também sugeriu um concurso para definir um nome específico para o equipamento, visto que “Pista de Eventos” não traduzia a diversidade de atividades que ali ocorreriam fora do período do carnaval. O concurso não

ocorreu em virtude do equipamento não estar concluído. Porém, a Lei N° 12.604 define o local como Complexo Cultural do Porto Seco. Como o local não tem sido palco de nenhum outro evento, além do carnaval, o nome mais utilizado para definir aquele espaço tem sido Sambódromo, o que reflete a subutilização do equipamento para as práticas culturais da comunidade.

A Pista de desfile leva o nome de Carlos Alberto Barcellos, o “ROXO”, que foi um grande personagem da cultura popular, jornalista e carnavalesco gaúcho. O recuo da bateria, espaço utilizado para manobras da bateria, leva o nome de Neri Caveira, mestre de bateria de uma consagrada escola porto-alegrense. O endereço oficial do Sambódromo tem o nome de um carnavalesco que foi presidente de uma escola de samba consagrada da capital, Ariovaldo Alves Paz⁹, nome aprovado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Resta saber se futuramente será realizado algum procedimento para definir um nome para o que atualmente se chama de “sambódromo”.

3.2 Pista de Eventos no Porto Seco

Encontra-se no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (1999) diversas referências que ajudaram na justificativa da comunidade em buscar os meios para instalação de tal equipamento naquele local, dos indicativos de como, e por que, deveria se concentrar esforços em uma iniciativa articulada de alcance urbano regional. Para tanto, foram levados em consideração algumas diretrizes e apresentados no Relatório da Comissão Pista de Eventos, :

Cidade Descentralizada: cidades que tem corredores como áreas de centralidade, capaz de atender amplas necessidades sociais e econômicas ao longo das próximas décadas, se localizam exatamente onde as condições são mais favoráveis, e estão delimitados por eixos de mobilidade existentes que atuarão como sistema e aumentarão sua eficácia. Ou seja: (...) com sensível aumento da diversidade e da riqueza cultural local, entre estas interfaces ativas, os bairros deverão ser valorizados, com sua humanidade local e o nível de miscigenação, que não gera impactos de concentrações ou congestionamentos. (PPDUA, 1999, RELATÓRIO PISTA DE EVENTOS, 200, p.17).

Tomando o trecho acima extraído da justificativa do PPDUA e, considerando que a pista de eventos viesse a gerar atividades as quais permitiriam a sua localização no interior de

⁹ Exposição de Motivos para escolha do nome:

<http://200.169.19.94/processo_eletronico/024972004PLL/024972004PLL.pdf> Acesso em 20 de ago 2017

um dos corredores de centralidade, de modo que estes corredores seriam potencializados, gerando uma centralidade regional durante o ano todo para a cidade e região metropolitana, e não somente durante o período específico do carnaval.

Cidade que combate as desigualdades e a exclusão social: apenas uma articulação profunda entre todas as estratégias do PPDUA é capaz de reduzir as desigualdades sociais existentes. Quando do desenvolvimento das teorias Modernistas sobre o Urbanismo, acreditava-se que seria possível transformar o ambiente social exclusivamente através da transformação do ambiente construído. Atualmente sabe-se que tais teorias possuíam um fundo utópico e inviável. No entanto, se não é possível à cidade em si transformar o meio ambiente social, ela é parte importantíssima da sanidade social através da distribuição justa e uniforme dos seus serviços e equipamentos. Estes são expressos não só pelas redes de água e esgotos, mas, também, pelo sistema de transporte coletivo e individual, por um sistema de espaços abertos, públicos ou não, por um sistema de espaços culturais, pela oferta equilibrada de oportunidades de emprego em todos os setores (comércio serviços e indústrias), Neste sentido, considera-se o evento carnaval, dadas as características multifuncionais pretendidos para o equipamento, proporcionará acesso à cultura e a outros serviços em uma área da cidade desprovida desses, desde o seu desenvolvimento, nos anos 70. A distribuição equilibrada dos serviços e equipamentos é das medidas mais salutares ao ambiente Urbano, e conseqüentemente ao social, podendo ser caracterizada como distribuição da “riqueza da cidade”. A proposta da comunidade levou em conta a possibilidade da pista de eventos abrigarem projetos voltados à inclusão social, especificamente no campo em que esta surge com maior destaque, como os jovens em situação de risco social. (RELATÓRIO PISTA DE EVENTOS, 2001, p.17).

Corredor de Produção: é a faixa situada entre as imediações do Porto Seco e a Avenida Protásio Alves, onde é estimulada amplamente a atividade produtiva, passível de convivência com atividades residenciais, bem como, a ocupação de vazios urbanos para a habitação de interesse social. (PPDUA, 1999, RELATÓRIO PISTA DE EVENTOS, 2001, p.21).

A implantação da pista de eventos dentro do chamado corredor de produção justifica-se na medida em que não existem programas de incentivos fiscais ou de qualquer natureza atreladas ao PDDUA, como modo de alcançar os objetivos pretendidos. Ou seja, transformar toda uma área em torno do Porto Seco e que se estendesse até a Avenida Protásio Alves, em região produtiva, do ponto de vista de serviços comércio e Indústria, que privilegiasse os moradores dos bairros próximos. Por isso, é dever do poder público investir em equipamentos e infraestrutura, que substituam as modalidades conhecidas de incentivos e viabilizem aquilo que é pretendido pelo plano diretor. A pista de eventos se incluiu neste tema na medida em que poderia ser um centro de referência na geração de emprego e renda, qualificação do trabalhador e centro de referência técnica. Essas possibilidades só seriam concretizadas se houvesse uma articulação estreita entre o poder público, nas mais diversas esferas, entre a comunidade e as

entidades ligadas ao setor produtivo.

A natureza do conhecimento que ali seria gerado poderia, direta ou indiretamente, estar relacionado ao tema “carnaval”. Importante ressaltar, sobre a construção deste projeto, que foi considerado o leque de opções que este evento proporciona na área da geração de empregos, junto às camadas de trabalhadores menos qualificados, justamente as que mais necessitam qualificação e emprego.

Estratégia de Promoção Econômica: tem como principal objetivo o estabelecimento de políticas que busquem a dinamização da economia da cidade, a melhoria da qualidade de vida e a qualificação da cidadania, através de ações diretas com a comunidade e com os setores produtivos assim como a articulação com outras esferas de poder. A implementação desta estratégia de promoção econômica se daria através de:

- I. Valorização do papel de Porto Alegre como Pólo Metropolitano;
- II. Redefinição do perfil de competitividade no MERCOSUL;
- III. Estímulo ao crescimento e a desconcentração econômica;
- IV. Promoção da geração de postos de trabalho e sua relação com o lugar de residência;
- V. Fomento à organização e auto promoção de iniciativas empreendedoras;

Promoção “de condições favoráveis para produzir um menor valor agregado à atividade rural” (PDDUA, 1999, RELATÓRIO PISTA DE EVENTOS, 2001, p.21).

Cidade Articulada à Região Metropolitana: visa potencializar a integração Metropolitana, reconhecendo a continuidade Urbana e de deslocamentos que ocorrem a leste do município e, a acessibilidade da zona norte para a região metropolitana em diversas direções. O equipamento se prestará ao uso Metropolitano durante períodos específicos como o carnaval e em menor escala, porém, de maneira continuada, ao longo de todo o ano. A sua localização nas proximidades do Porto Seco beneficiará populações dos Municípios da Região Metropolitana como Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí, os quais possuem vias de acesso facilitado ao local e ainda contam com o sistema de transporte coletivo Metropolitano (PPDUA, 1999, RELATÓRIO PISTA DE EVENTOS, 2001, p.20).

Estrutura Urbana: a estratégia de estruturação urbana tem como objetivos gerais, promover a estruturação do espaço, na cidade e a integração Metropolitana. A implementação da estratégia de estruturação urbana dar-se-á a partir da conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbanos existentes ou potenciais, e das suas conexões, valorizando prioritariamente, o espaço público e ainda a proposição de projetos articulados com os municípios da região metropolitana (PPDUA, 1999, RELATÓRIO PISTA DE EVENTOS, 2001, p.20).

A aprovação do local para instalação da Pista de Eventos, ocorrido em 2002 no

CMDUA, conforme cita Vinícius (2016), se deu da seguinte forma: “estavam todos organizados para votarem no Humaitá e por seis votos contra, o Porto Seco foi o local escolhido, aprovado”. Então o prefeito João Verle aprova o projeto de lei complementar N° 1235/02 em 27 de março de 2002, que “autoriza a implantação do Complexo Pista de Eventos no Porto Seco, modifica a lei complementar N° 324/94 e dá outras providências”.

Art. 1º Fica autorizado à implantação do Complexo Pista de Eventos no Porto Seco, estabelecido pela Lei Complementar N°324/94, observando o traçado delimitado no Anexo I da presente lei.

Art. 2º Considera-se Pista de Eventos o equipamento público utilizado para festividades carnavalescas, comemorações cívicas, atividades culturais e outras afins.

Parágrafo único – integra o Complexo Pista de Eventos a área destinada ao desfile, arquibancadas, edificações necessárias à confecção e armazenamento dos carros alegóricos e demais acessórios indispensáveis ao cumprimento da finalidade.

Art. 3º Altera o disposto no inciso IV do artigo 4º da Lei Complementar n° 324/94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. Acrescenta parágrafo único ao artigo 4º da Lei n° 324/94, com a seguinte redação:

Parágrafo único – Considera-se equipamento urbano e comunitário o Complexo Pista de Eventos, cabendo ao projeto arquitetônico à definição das áreas para uso de atividades sociais, culturais e afins ao uso comum e à fruição pública de espaço.

A comissão de mobilização pela pista de eventos, entendendo que a participação de todos seria importante para definição da ocupação dos espaços do equipamento, organizou o I seminário para debater e definir o tipo de utilização durante todo o ano.

3.3 I Seminário da Pista de Eventos da Zona Norte

O I Seminário Comunitário sobre a Pista de Eventos foi um grande acontecimento sugerido pela comunidade que discutia a implantação do equipamento e teve o “objetivo de indicar diretrizes para a utilização, ocupação e dimensionamento físico da Pista de Eventos” (RELATÓRIO PISTA DE EVENTOS, 2001, p.6 Este seminário, ocorrido em 04 de maio de 2002, no Auditório da Escola Municipal Liberato Salzano Vieira da Cunha, contou com a participação do prefeito, representantes das Secretarias de Cultura, do planejamento, das pistas de eventos de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. A região da gestão do planejamento 3 convidou todos os agentes envolvidos, usuários diretos, comunidade, empresários e o poder

público, para discutir, debater e avançar, no sentido de definir que tipo de utilização o equipamento deveria ter durante o ano. Quais as potencialidades dos eventos, como se daria a sua gestão e qual deveria ser o seu dimensionamento físico. Assim, ao invés de delegar essa atribuição a uma comissão representativa, estaria sendo buscada uma maior diversidade de opiniões e propostas.

Na fala de abertura do seminário, o prefeito, reafirmou as intenções do governo em prol da pista, do carnaval e, nas considerações sobre a localização da pista, tema este que sempre rendeu discussões acaloradas:

Tenho a certeza de que a comunidade que se absteve de acolher o equipamento, qual tenha sido a motivação, preconceito, expressão popular, etc..., sentirá a grande perda, quando outras comunidades começarem a se beneficiar (JOÃO VERLE, 2002).

Os debates durante o seminário foram sobre a conjuntura da pista de eventos, com a participação da Secretaria Municipal de Obras e Viação, Secretaria Municipal da Indústria e Comércio e Secretaria Municipal de Cultura. Foi apresentado um estudo de caso, com apresentação do anteprojeto da Pista de Eventos do arquiteto Luiz Carlos Zubaran da Secretaria de Planejamento Municipal e a participação dos administradores da pista de eventos de Florianópolis, Santa Catarina, do gerente da passarela Darcy Ribeiro do Rio de Janeiro (Sambódromo do Rio de Janeiro). Para mediador deste debate, foi convidado o jornalista Cláudio Brito, que explanou a ideia de verificar soluções arquitetônicas, o gerenciamento do equipamento, o financiamento e, as possíveis parcerias para a gestão e manutenção do empreendimento. Após os debates, foram apresentadas as sugestões de ocupação, através de representantes carnavalescos, comunidades, empresários da região do Porto Seco, da prefeitura de Porto Alegre e representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado e representante do Círculo Militar. As sugestões e encaminhamentos deste seminário foram:

Agregar um projeto integrado com a Brigada Militar, Polícia Civil e Bombeiros. Desenvolver um centro de referência em educação, promoção e prevenção em saúde. Instalar salas específicas para teatro, tanto para apresentações, quanto para ensaios de grupos teatrais. Garantir um espaço e equipamentos para grupos de música e dança. Construir barracões para montagem dos carros alegóricos. Criar espaços para geração de renda para esta região, para leitura e criação literária, bem como, escolas especiais, com cursos de computação e Restaurante Escola. Foi sugerida também, a construção de uma pista de skate, esporte este que sofre muito preconceito, necessitando mostrar seu valor como esporte e cultura. Criar um clube de piscinas, o Museu do Samba e da etnia, espaços sociais para entidades voltadas à etnia negra, aos jovens e as pessoas da terceira idade. E espaços para feiras de artesanatos e para o Terreirão do Samba. (RELATÓRIO PISTA DE EVENTOS, 2001, p.11).

A realização deste seminário e o envolvimento da comunidade foi essencial para a definição do projeto arquitetônico, do que se queria para este equipamento., do que se queria para satisfazer os anseios da sociedade do entorno

3.4 A Vitória da Comunidade

Com “recursos financeiros aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), no valor de R\$ 38 milhões”, (DO. de Porto Alegre, Edição 2215), para o financiamento do projeto Complexo Cultural do Porto Seco, orçado em R\$ 62 milhões, que visava gerar além de iniciativas sociais, gerar crescimento habitacional e cultural. Em 07 de março de 2003, o presidente das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e Rio Grande do Sul, Sr. Jorge Sodré, participa da cerimônia de assinatura da empresa vencedora da licitação que teve um prazo de sete meses para a construção da Pista de Eventos, circulações e barracões no Porto Seco, ato realizado no Gabinete do Prefeito, conforme DOPA (Edição 1983,2003).

Conforme encaminhamentos do I seminário e da Comissão Pista de Eventos, as obras para a primeira etapa da construção da Pista de Eventos tiveram a participação da comunidade. Entre os trabalhadores, 50% eram da região. Das vagas criadas para a praça de alimentação, 30% ficou garantido para a comunidade local durante os festejos do carnaval de 2004. A comunidade criou uma comissão de fiscalização para os moradores acompanharem o desenvolvimento das obras. Em 31 de dezembro de 2004, a Prefeitura de Porto Alegre e representantes das Associações de Moradores da Zona Norte celebram Protocolo de Cooperação Cultural, visando incluir as associações no Conselho Gestor do Complexo Cultural do Porto Seco com as disposições dos seguintes objetos:

Incluir as Associações de Moradores da Zona Norte, na condição de representantes da comunidade, no Conselho Gestor do Complexo Cultural do Porto Seco;

A participação se dará de forma efetiva e direta, tendo em vista o papel determinante em favor da decisão de construção do Complexo Cultural do Porto Seco;

Reafirmar que as atividades do complexo deverão ser múltiplas, contemplando os mais diversos segmentos da área cultural e também as demandas de outros serviços comunitários a serem implantados no edifício cuja construção está prevista no projeto original junto às futuras arquibancadas, bem como de ações que favoreçam as atividades econômicas empreendidas no Porto Seco.

Este protocolo de cooperação foi assinado pelas seguintes Associações dos Moradores, que

deveriam compor o Conselho Gestor do CCPS:

- Vila Amazonas;
- Vila Dois Irmãos;
- Vila Dutra Jardim;
- Vila Jardim dos Coqueiros;
- Vila Minuano;
- Vila Nova Gleba;
- Vila Santa Rosa;
- Vila Santo Agostinho.

Em 07 de dezembro de 2004, no Gabinete do Prefeito, foi assinado pelas entidades carnavalescas o Termo de Permissão de Uso dos Barracões, tendo como parágrafo único a seguinte orientação:

Em contra partida social pela utilização do imóvel a Permissionária desenvolverá trabalho sócio educativo junto à comunidade carente da região do empreendimento, oferecendo cursos profissionalizantes em sua área de atuação, bem como, permitirá, sempre que solicitado pelo Município, sem prejuízo da função principal, a realização de reuniões e oficinas de desenvolvimento cultural nas áreas da música, artesanato, dança, etc. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. GABINETE DO PREFEITO. LIVRO 454 d, FOLHAS 208. REG. 30670 - TERMO DE PERMISSÃO DE USO, 2004).

O Termo de Permissão de Uso traz em suas cláusulas os direitos e deveres da permissionária, bem como o do município, devendo, portanto, às permissionárias cuidar e preservar o patrimônio municipal. A praça de alimentação foi conduzida pela comunidade no primeiro carnaval na Pista de Eventos em 2004 a exemplo dos carnavais anteriores que tinham participação ativa nas vendas de lanches e bebidas.

Em 2005 assume o prefeito eleito pelo Partido Popular Socialista, o SR. José Fogaça. Com o slogan "manter o que está bem e mudar o que não está", comprometeu-se a manter alguns projetos da administração petista, como o Orçamento Participativo¹⁰. Entretanto, de 2005 até os dias atuais, o carnaval de Porto Alegre tem sido realizado com as arquibancadas construídas anualmente, o projeto inicial foi alterado, a comunidade não tem tido participação nas decisões para o desenvolvimento da festa.

Conforme observado nas reportagens sobre o sambódromo em mídia local durante os anos de 2012 a 2015, os gastos com o “monta-desmonta” já ultrapassaram os valores iniciais do projeto conforme relata a jornalista Roberta Schule¹¹, “desde 2004, a falta das arquibancadas

¹⁰ Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos.

¹¹ Roberta Schule - Jornalista Jornal Diário Gaúcho

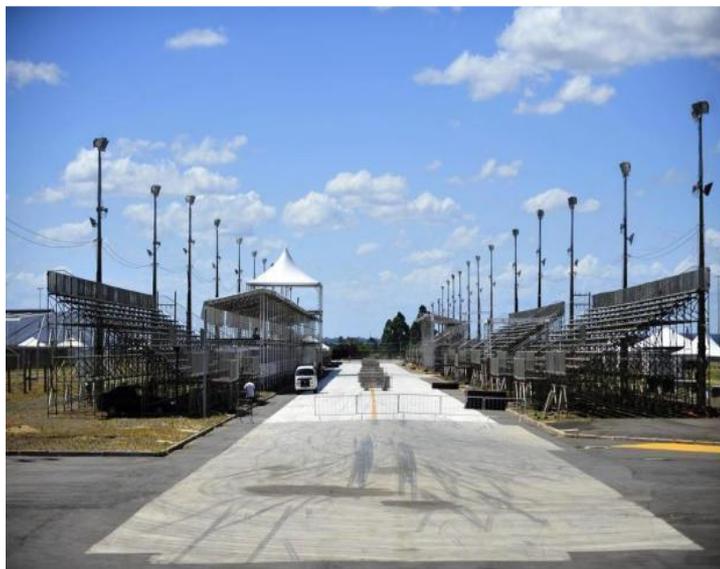
fixas gerou uma despesa em torno de R\$ 20 milhões”. Nas figuras 2 e 3 podemos observar a Pista de Eventos e as Arquibancadas construídas com o chamado “monta e desmonta”.

Figura 2 - Pista de Eventos atual.



Lívia Stumpf / Agencia RBS 2015

Figura 3 - O "monta e desmonta" de arquibancadas.



Lívia Stumpf / Agencia RBS 2015

Em 19 de Outubro de 2006, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, aprova o Projeto de Lei N° 131.206, sancionando a Lei N° 12.604 em 20 de Outubro de 2006, que declara o Complexo Cultural do Porto Seco integrante do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico do Estado do Rio Grande do Sul. Aprovada por todas as comissões da Assembléia

Legislativa. Tendo como justificativa:

O carnaval de Porto Alegre é um evento de lazer de grande relevância no calendário turístico do Estado do Rio Grande do Sul e o Complexo Cultural do Porto Seco veio para melhorar e desenvolver ainda mais essa grande festa popular, que somente é superada pela paixão futebolística. O complexo, quando totalmente concluído será o maior e melhor equipado conjunto estrutural do país para realização de eventos carnavalescos. A área foi especialmente escolhida, entre as diversas alternativas disponíveis na Capital. Constitui-se em uma gleba urbana equivalente a mais de 38 campos de futebol. Está localizado ao longo da Av. Plínio Koeff, na zona norte de Porto Alegre. O investimento está orçado em 45 milhões de reais. A pista para desfile tem 450 metros de comprimento e 16 metros de largura, com uma pista de pré-desfile de 150 metros. O projeto contempla a construção de arquibancadas, camarotes, anfiteatro e multipalco, estando disponível estacionamento, praça de alimentação, posto médico com ambulância, sistema de iluminação e demais instalações e serviços para atender os frequentadores com segurança e conforto. Outro elemento importante daquele Complexo Cultural é o fato de que haverá a ali infraestrutura necessária a todas as escolas de samba – os famosos barracões - possibilitando as entidades credenciadas confeccionar seus carros alegóricos, adereços e alegorias em local próximo a festa de desfile, eliminando os longos e incômodos trajetos, responsáveis muitas vezes por atrasos e danificações à decoração carnavalesca. O Complexo Cultural do Porto Seco funcionará como fator de desenvolvimento das Escolas de Samba, e do turismo na Capital rio-grandense, além da valorização material, humana e cultural daquela área populacional de Porto Alegre, mormente pela utilização permanente durante o resto do ano, em outras múltiplas atividades artístico-culturais. A presente proposição encontra fundamento legal nos artigos 220 e 221 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul que estabelecem como função do Estado o estímulo e apoio à cultura em suas múltiplas manifestações, as quais se constituem em direitos garantidos pelo Poder Público. Igualmente, encontra arrimo no art. 240 da mesma Carta Magna Estadual, ao dispor que cabe ao Estado incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, promovendo a infraestrutura básica necessária à prática dessa importante atividade social. “A presente proposição é realizada também atenta aos termos das Leis nº 11.706 e 10.846, bem como do Decreto nº 41.550, todos do Estado do Rio Grande do Sul. (SALA DAS SESSÕES, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2006. DEPUTADO REGINALDO PUJOL).

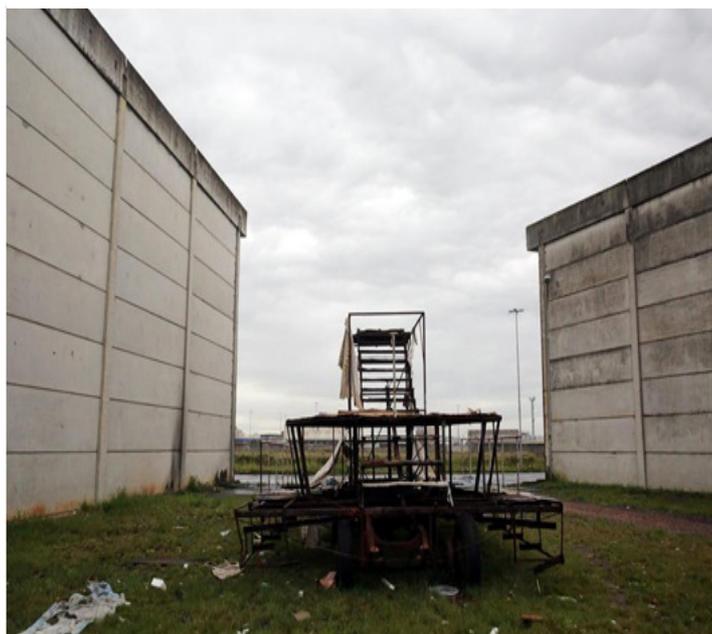
Embora todas as bases legais apresentadas e instituídas pelo Estado, o CCPS tem sido utilizado para o desenvolvimento do carnaval, que também é regido pela Lei Municipal Nº 6619, de 19 de julho de 1990. Durante o ano, fora o período da festa momesca o CCPS fica exposto à própria sorte, conforme observado nas figuras 4,5 e 6 com atuação de vândalos e conseqüentemente, à prática de diversos atos de violências.

Figura 4-. Portão quebrado na entrada dos barracões.



Tadeu Vilan/ Agência RBS

Figura 5 No Sambódromo somente os barracões.



Tadeu Vilan/ Agência RBS

No período de construção da Pista de Eventos, conforme informado no Boletim do CCPS¹² (2003), trazia novas expectativas à comunidade do entorno:

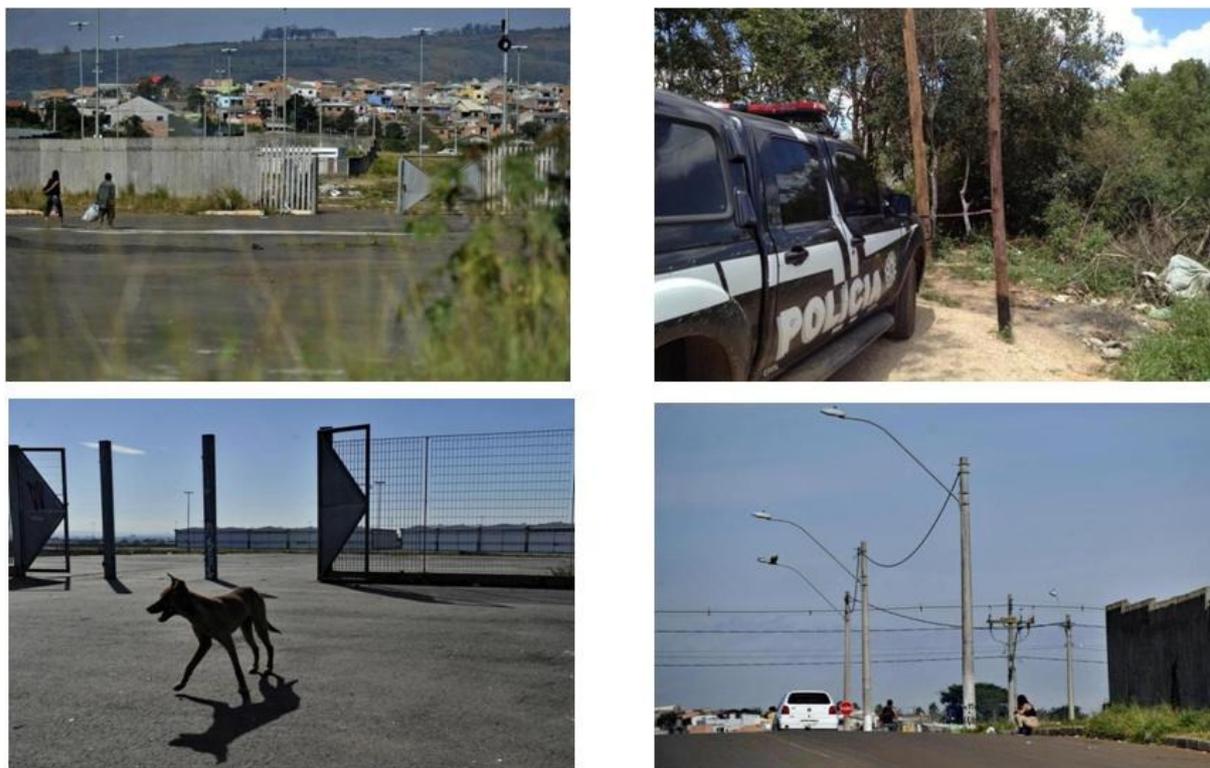
“O Complexo Cultural vai trazer para a região uma tranquilidade que não havia antes da obra”. [...] “Vai ser ótimo ter lazer tão perto, e já diminuiram muito os problemas de segurança, os roubos de carro e nas casas”. (Boletim do CCPS 2003 JOEL GONÇALVES PEREIRA, 2003).

Como todos os problemas sociais das cidades grandes, as violências nesta região tem

¹² Publicação da Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura de Porto Alegre

sido permanente e, em torno do CCPS com maior ênfase à exploração sexual e o tráfico de drogas. Fatos que vem a algum tempo incomodando os moradores da região. Nas figuras 6 podemos observar o que mais tem preocupado as comunidades do entorno do Complexo Cultural do Porto Seco.

Figura 4- Violências em torno do CCPS.



Luiz Armando Vaz / Agencia RBS

Visando chamar a atenção dos órgãos públicos, um grupo de carnavalescos¹³ iniciou uma Mobilização pelo CCPS, disponibilizando abaixo assinado pela conclusão das obras, coletando assinaturas na Esquina Democrática de Porto Alegre com grande adesão da população, e em diversos eventos ligados ao carnaval, na Muamba Oficial de Porto Alegre, no desfile das Campeãs do carnaval de 2013, denominado Mobilização pelo Complexo Cultural do Porto Seco, processo que será relatado no próximo capítulo.

¹³ Carnavalesco: Planejador e executor de desfiles de escola de samba e outras atividades carnavalescas. <<https://www.dicio.com.br/carnavalesco/>> Acesso em: 15.08.2017

4 MOBILIZAÇÃO PELO COMPLEXO CULTURAL DO PORTO SECO

Passados mais de dez anos da construção da Pista de Eventos e dos Barracões das Escolas de Samba em outubro de 2012 foi iniciado um abaixo assinado on line¹⁴ pela plataforma Petição Pública, entregue à prefeitura de Porto Alegre, Câmara Municipal de Vereadores e Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul intitulado: abaixo assinado pela conclusão do Complexo Cultural do Porto Seco patrimônio histórico, cultural e turístico do Estado do Rio Grande do Sul, localizado no Município de Porto Alegre. Com a seguinte solicitação:

Nós, cidadãos e cidadãs brasileiros (as) abaixo-assinados, solicitamos a conclusão do Complexo Cultural do Porto Seco. visto que: 1) o referido Complexo foi inaugurado no ano de 2004, embora suas obras não estivessem acabadas. 2) Em outubro de 2006, o Complexo Cultural do Porto Seco tornou-se patrimônio histórico, cultural e turístico do Estado do Rio Grande do Sul através da lei 12.604/06 aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do RS (por unanimidade) e, sancionada pelo então governador em 10/10/2006. 3) O atual prefeito prometeu logo após o carnaval de 2012, próximo passado, que as obras iniciariam no segundo semestre deste ano. 4) É imperioso que se conclua a obra, pois atualmente o Complexo encontra-se entregue à própria sorte, sendo aos poucos destruído, já que o poder público não providencia segurança necessária para o local. Desta forma, entendemos ser necessário à utilização deste instrumento onde a população tem o direito de se manifestar junto aos poderes constituídos, para que seja tomada providência no intuito de dar segurança e concluir o referido Complexo Cultural do Porto Seco. conclusão: como cidadãos aptos só queremos ter a certeza de estar exercendo o pleno direito à cidadania, utilizando a democracia prevista na constituição federal. (PETIÇÃO PÚBLICA, 2012).

Após a divulgação da mobilização pelo CCPS e do abaixo assinado na mídia local, despertou o interesse do poder público, autorizando audiências públicas com parlamentares e comunidade em geral, no anexo 1, exemplares dos convites para as audiências públicas na CMPA e na comunidade da Zona Norte. Em dezembro houve uma reunião na Secretaria Municipal de Cultura, mas como era final de governo, até a data de hoje aguardamos nova agenda de reunião. Uma semana antes do carnaval oficial do ano de 2013, o prefeito eleito reúne-se com a imprensa e anuncia o início das obras do CCPS para logo após o carnaval conforme notícia veiculada em mídia local. Em abril de 2013 as obras não haviam iniciado. A equipe de mobilização do CCPS retoma as agendas.

¹⁴ Abaixo-assinado pela conclusão do Complexo Cultural do Porto Seco patrimônio histórico, cultural e turístico do Estado do Rio Grande do Sul, localizado no Município de Porto Alegre.
<<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2012N30430>> Acesso em: 25.07.2017

4.1 AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS

As agendas com representações políticas foram retomadas. A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, aprovou audiência pública¹⁵, que foi realizada em 14 de Junho de 2013 para debater sobre a Conclusão do Complexo Cultural do Porto Seco. Participaram desta audiência pública, deputados estaduais de várias coligações partidárias, a Associação das Entidades Carnavalescas, União do Grupo Especial do Carnaval de Porto Alegre, representantes das Escolas de Samba e órgãos e entidades relacionadas ao tema, representantes do Grupo Hospitalar Conceição e representantes das secretarias estadual da Cultura e Turismo. O encaminhamento desta audiência foi a formação de um grupo de trabalho vinculado à comissão, visando buscar uma explanação da prefeitura para um maior detalhamento do projeto sobre a conclusão do complexo cultural e das perspectivas de transversalidade entre cultura e turismo, construir agendas com o poder municipal, formação do Comitê Gestor do Complexo e demonstração de vontade política. Conforme o registro das atas, o grupo de trabalho reuniu-se mensalmente, no período de junho a dezembro de 2013.

Os encaminhamentos do Grupo de Trabalho Pró-Conclusão do Complexo Cultural do Porto Seco, foram uma agenda com o Secretário Municipal de Planejamento, reuniões na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, e participação na 9ª Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre que apresenta no Relatório Final, entre as Moções aprovadas pela plenária:

Apoio à luta de todos os carnavalescos pela conclusão imediata do Complexo Cultural Porto Seco, assim como a instalação da Universidade Popular do Carnaval e outras artes. Esta instituição pública oportuniza a formação e capacitação técnica, aos artistas e trabalhadores da cadeia produtiva do carnaval. (MOÇÃO DE APOIO, 9ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO ALEGRE).

Estava sendo assim, iniciado uma trajetória de mobilização pela Conclusão do Complexo Cultural do Porto Seco, que não abrangesse somente o poder local, mas também a nível estadual.

¹⁵ Audiências públicas são espaços de debate para diversos atores sociais, sejam eles a população em geral ou o governo. <<http://www.politize.com.br/audiencias-publicas-como-participar/>>

4.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE

O grupo de trabalho Mobilização Pró Complexo Cultural do Porto Seco, garantiu agenda em duas audiências públicas com Comissão de Educação, Cultura Esporte e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre (16ª CECE - 06/08/2013) e (19ª CECE - 21/08/2013) na Comunidade. Presentes nesta reunião ampliada, o coordenador das Manifestações Populares, representando o Presidente do Conselho da Secretaria Municipal de Cultura, representantes do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição, Comissão de Geração e Renda do Complexo Cultural do Porto Seco, representantes da Associação de Moradores das Vilas Amazônia, Santo Agostinho, Minuano, vereadores e o presidente da Liga das Escolas de Samba do Grupo especial de Porto Alegre. Na fala de abertura da audiência, o coordenador das manifestações populares, deixa claro que os impedimentos de avanço das questões relacionadas ao Sambódromo são de ordem política e, conclama aos presentes que “independente de partido político, nós, o nosso povo do carnaval e os nossos deputados a fazer o Complexo Cultural do Porto Seco”. Chamo a atenção que este representante ficou por longo período nesta coordenação e, agora, no final de seu mandato, ele conclama para que façamos o Complexo Cultural do Porto Seco. Faltou muita vontade política. Embora, a Secretaria de Cultura do Estado do RS e a Coordenação de Manifestações Populares desenvolvem convênios, editais para que o espetáculo seja realizado. O que não está sendo conseguido é desenvolver o equipamento, conforme a fala do Sandro Ferraz, carnavalesco e intérprete de samba de enredo, que “estamos lutando há muitos anos para atender a comunidade do entorno.” E faz uma fala que explana os problemas sociais vividos naquela região:

[...] O carnaval de Porto Alegre merece todo o respeito e a dignidade necessária para que ele tenha a condição de ser executado. As comunidades que vivem no seu entorno merecem todo respeito e dignidade para que possam sobreviver de forma humana. (CMPA, SEÇÃO DE TAQUIGRAFIA, 16ª CECE, 06 AGO 2013, SANDRO FERRAZ).

Esta fala do Sandro Ferraz, na audiência pública, foi como um desabafo coletivo. Pois, nos angustiamos com as realocações de famílias (transferência das famílias da Vila Dique para o loteamento Porto Novo) para o entorno de um equipamento público que não oferece nada há mais à população, nem mesmo segurança. A fala da representante do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição, a Srª Fabiana Tentardini, que atua como assistente de coordenação na Unidade de Saúde Comunitária Santíssima Trindade, localizado à

frente dos barracões das Escolas de Samba, no CCPS, nos fez perceber o tamanho do problema que as famílias desta região estão enfrentando e recorrendo ao serviço de saúde, que acaba sendo o único braço institucional desta região, sentindo-se sobrecarregado, não dando conta da demanda de atenção à saúde população.

[...] O posto de saúde até maio deste ano, era o único braço institucional presente neste Condomínio. Não tinha nada. A creche recém-inaugurada, a Escola, sabe Deus quando ficará pronta. E a gente que acaba colhendo. [...] a gente acompanha essas pessoas há muitos anos, a gente conhece as famílias, a gente conhece as histórias, a gente se fala super bem. E infelizmente estamos ali no meio, tentando dar alguma resposta, que não é exatamente a nossa atribuição ou a nossa condição de dar. A gente não consegue resolver os problemas da violência, do tráfico de drogas, da ausência de espaços que promovam saúde. Não é no posto. A gente tenta. A gente tem grupos para convivências de adolescentes, de crianças, mas isso não dá conta. Não pode ser o pessoal do posto sozinho. Porque enquanto a gente está fazendo essas atividades, a gente está deixando de fazer aquelas que são nossas específicas. E o “cobertor sempre é curto”. E na área da saúde, também não temos gente para ficar o dia inteiro fazendo atividades. (CMPA, SEÇÃO DE TAQUIGRAFIA, 16ªCECE, 06 AGO 2013, FABIANA TENTARDINI).

Para além de um desabafo, a representante da saúde nos apresenta suas angústias de não poder prover um trabalho mais amplo, na perspectiva de uma cultura da paz.

Embora tenham sido feitas articulações com outros setores do serviço de saúde, a população do entorno, aproximadamente, 4 mil pessoas no cadastro do posto de saúde, eles tem um equipamento do outro lado da rua, que é o CCPS, que não podem utilizar para realizar, por exemplo, uma caminhada orientada com as mulheres e atividades com as crianças e adolescentes, conforme relato da assistente de coordenação, Fabiana Tentardini “é muito triste ver que elas moradoras da região dizem que não aguentam mais abrir a porta da sua casa e ver que tem um corpo estendido, (CMPA, SEÇÃO DE TAQUIGRAFIA, 16ªCECE, 06 AGO 2013).

Conforme anúncio veiculado em mídia local, a jornalista Roberta Schuler¹⁶ apresenta as promessas do Poder Executivo nos anos de 2012 a 2014, intitulado: Da boca para fora:

22/2/2012: o prefeito determinou a retomada do projeto para a construção do Complexo Cultural do Porto Seco e anunciou o início das obras para aquele ano. Um módulo estaria pronto antes dos desfiles de 2013. Em entrevista para o Diário Gaúcho, durante a campanha eleitoral, Fortunati chegou a afirmar que já havia recursos para licitar a primeira etapa da obra. Mas o projeto não saiu do papel. (DIÁRIO GAÚCHO, 2014)

5/2/2013: poucos dias antes do Carnaval, o prefeito apresentou novo projeto do Sambódromo e anunciou que os dois primeiros módulos da arquibancada,

¹⁶Mídia local.

de um total de nove, deveriam estar prontos em 2014. As obras seriam iniciadas no segundo semestre de 2013. (DIÁRIO GAÚCHO, 2014)

28/6/2013: com os secretários do Desenvolvimento e Assuntos Especiais, Edegar Tutikian e da Cultura, Roque Jacoby, o prefeito apresentou mais um projeto. (DIÁRIO GAÚCHO, 2014)

28/2/2014: no desfile, o prefeito disse que o município estava trabalhando no edital de licitação para construir as arquibancadas permanentes. Segundo o anúncio, em 2015, ficariam prontos dois módulos. (DIÁRIO GAÚCHO, 2014)

Todo o processo de definição do local para a implantação do Complexo Cultural do Porto Seco na região, contou com a participação ativa da comunidade, dos representantes comunitários, conselhos de segurança, saúde, transporte, enfim, de várias representações institucionais que a democracia nos colocava à disposição. Era o momento das aplicações de políticas públicas orientadas para as pessoas nos seus mais amplos direitos, entre eles, o da saúde, e da cidadania. Eram os movimentos sociais entendendo e tentando dar respostas para aos determinantes sociais da saúde.

Para além de um espaço digno para manifestação da cultura popular, este espaço, o Complexo Cultural do Porto Seco, irradiava um crescimento para a cidade, para a população do entorno e o respeito à sua cultura. Nas atas das audiências públicas, que tem como objetivo “incentivar os presentes na busca de soluções de problemas públicos” (Politize, 2016), ficou gravado o quanto a população do entorno necessita de um espaço para o desenvolvimento de ações sociais, físicas, culturais e educacionais e o desejo para que o poder público tenha a sensibilidade de olhar e prover recursos para o seu pleno desenvolvimento.

Nos estudos apresentados por (LÓPEZ, 2012), encontramos referência sobre a prática de racismo institucional que pode ser identificada no percurso da construção da Pista de Eventos e do Complexo Cultural do Porto Seco, conforme segue:

O racismo institucional, tal como o definem Silva et al. (2009), não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação (como poderiam ser as manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial, tal qual reconhecidas e punidas pela Constituição brasileira). Ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades. (LÓPEZ, INTERFACE - COMUNIC., SAUDE, EDUC., V.16, N.40, P.121-34, JAN./MAR. 2012,p.127).

Os modos de viver e se relacionar do negro na sociedade acaba nos mostrando o quanto

temos que aprender com eles. É imperioso conhecermos a sua cultura para sabermos como agir e relacionar-se. É imperioso a atuação do poder público visando ações que favoreçam uma nova maneira de viver e conviver em sociedades periféricas. Pois, na periferia a vida pulsa. Não podemos pensar em políticas públicas sem pensar a participação da sociedade nas suas definições e demandas. Urge para que tenhamos espaços de debates e definições de como fazer e para quem fazer. O processo de racismo institucional vem acompanhado de outro processo o da gentrificação, que está intimamente ligado ao capital financeiro e imobiliário, reassentadas famílias em outros locais que não o seu de origem. Este processo está latente na vida da população do entorno do CCPS. Já são mais de 1200 famílias que foram remanejadas da Vila Nazaré para o condomínio Porto Novo, conforme foi relatado em audiência na CMPA.

5 CULTURA DA PAZ E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Encontramos na Política Nacional de Promoção da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1998/2004) a orientação:

Da necessidade de articulação com outras políticas públicas para fortalecê-la, com o imperativo da participação social e dos movimentos populares, em virtude da impossibilidade do setor sanitário responder sozinho ao enfrentamento dos determinantes e condicionantes que influenciam a saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1998/2004).

Entre as estratégias para impulsionar a PNPS estava a “reorientação do cuidado na perspectiva do respeito à autonomia, à cultura, numa interação do cuidar/ser cuidado, ensinar/aprender, aberto à incorporação de outras práticas e racionalidades” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1998/2004).

A PNPS vem sendo revisada e aperfeiçoada. Em 2014 foram formulado os temas prioritários, entre eles o da “promoção da cultura da paz e de direitos humanos” com a proposta “para que as relações humanas sejam permeadas pelo diálogo, pela tolerância, pela consciência da diversidade dos seres humanos e de suas culturas” (ONU, 2004 APUD MS, 2014). Em 2015, o ministério da saúde apresenta a nova versão da Política Nacional de Promoção da Saúde, revisada e aperfeiçoada, em consonância com os fundamentos do Sistema Único de Saúde, com a revisão da portaria que o instituiu em março de 2006 (PORTARIA MS/GM N° 687 DE MARÇO DE 2006).

Assim, a PNPS tem nos seus objetivos, princípios, valores, diretrizes, temas transversais, estratégias operacionais, responsabilidades e temas prioritários, reformulados e atualizados para esta política do Estado brasileiro, visam à equidade, à melhoria das condições e dos modos de viver e à afirmação do direito à vida e à saúde, dialogando com as reflexões dos movimentos no âmbito da promoção da saúde. (POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE: REVISÃO DA PORTARIA MS/GM N° 687, DE 30 DE MARÇO DE 2006/ MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Pensar a saúde da população é pensar em seus condicionantes, visto que o conceito de saúde é bastante amplo. Prover um sistema que dê conta das necessidades da população em termos de saúde é pensar ações que estejam articuladas com outras políticas que envolvem a sociedade, articular com diferentes serviços num determinado território de forma a contribuir para o controle de doenças e a promoção de estilos de vida saudável e o bem estar da população.

Desta forma, a cultura da paz é traduzida de forma a promover a saúde para que tenhamos uma vida mais significativa e feliz. Os princípios da cultura de paz expressos no Manifesto do ano 2000 da Organização das Nações Unidas, do qual o Brasil é signatário, apresenta seis diretrizes para o enfrentamento à violência, Portal da Saúde, Ministério da Saúde (2017). Compromissos do Manifesto:

1. Respeitar a vida

Respeitar a vida e a dignidade de qualquer pessoa sem discriminar ou prejudicar.

2. Rejeitar a violência

Praticar a não violência ativa, repelindo a violência em todas as suas formas: física, social, psicológica, econômica, particularmente diante das pessoas mais vulneráveis, como as crianças e adolescentes.

3. Ser generoso (a)

Compartilhar tempo e recursos materiais cultivando a generosidade, para acabar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica.

4. Ouvir para compreender

Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem a maledicência e ao rechaço ao próximo.

5. Preservar o planeta

Promover o consumo responsável, e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.

6. Redescobrir a solidariedade

Contribuir para o desenvolvimento da comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos, para criar novas formas de solidariedade.

Interessante que a cultura popular do carnaval, que há séculos existe, coloca em prática algumas das orientações do manifesto acima citado, constituindo-se como uma prática cultural importante para a definição dos estilos de vida da população. Podemos encontrar esta observação nos estudos de DaMatta apud Mayor (2008, p.31), em que diz: (...) “no carnaval brasileiro há lugar para todos os seres, tipos, personagens, categorias e grupos: para todos os valores”.

Respeitar os seres humanos é respeitar a sua cultura e seus valores. Campos (2001) nos diz que “a cultura e saúde é atributo humano”, que “a cultura produz pessoas, produz o jeito que nós somos, a forma que nós atuamos”. Portanto, somos produtores de cultura. E a cultura permite que vivamos em sociedade. Dependemos um do outro.

Pensar a promoção da saúde é também pensar atitudes para o enfrentamento à

discriminação e o racismo. O racismo se apresenta de várias formas, entre elas o racismo institucional e material, que “indisponibiliza e/ou reduz o acesso à políticas de qualidade” (Geledés, 2013,p.11).

Tem sido muito frequente percebermos a articulação entre racismo institucional e gentrificação, na forma de ocupação do espaço público na cidade, particularmente na forma como o carnaval de Porto Alegre vem sendo mais isolado a cada ano em áreas afastadas do centro da cidade. A gentrificação reflete os interesses dos especuladores imobiliários, sem falar das práticas higienistas aplicados nesta cidade, num passado não muito distante. Percebemos assim o processo de gentrificação que é o “enobrecimento do espaço urbano por investimentos públicos e privados na renovação ou revitalização das áreas urbanas”, Especial Sul21¹⁷ (2017), tendo como consequências:

- Afastamento das comunidades de baixa renda para a periferia ou outras cidades da região metropolitana;
- Especulação imobiliária e inflação nos preços de imóveis e serviços no bairro;
- Valorização de espaços da cidade, com menos áreas abandonadas ou em situação de risco;
- Novos negócios para a cidade;
- Amplitude de características culturais, com a chegada de outros grupos;
- Mudança no perfil social dos moradores: saem as comunidades tradicionais entram elites ou turistas;
- Descaracterização dos bairros e perda de identidade local.

Assim a nossa cultura popular tem sido tratada ao longo dos anos, com racismo institucional e gentrificação, com consequências para a saúde. Hoje o carnaval, ou os amantes desta festa, tem se identificado como a cultura da resistência. Resistimos.

¹⁷ Mídia Local.

CONSIDERAÇÕES

A história de construção do CCPS, no carnaval de Porto Alegre, parece ser uma história sem fim, por todo o percurso realizado até a construção da pista de eventos e o barracões para o desenvolvimento das alegorias e fantasias, o Sambódromo, idealizado em 1988, 100 anos da Abolição da Escravatura, com a pedra fundamental na Avenida Augusto de Carvalho. Por ser uma festa considerada, por uma parte da população porto-alegrense, de negros e pobres, foi afastada para as periferias da cidade com a promessa de avanços sociais e econômicos para a comunidade local. As decisões quanto ao local para a implantação deste equipamento público, foram definidas com a participação de representantes comunitários no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, num período de início dos exercícios da participação cidadã e também um período de lançamento de políticas públicas, como a Política Nacional de Promoção da Saúde, que orienta a participação da saúde em todas as políticas. Mas, creio que muitos dirigentes não se atentaram para este propósito. Embora tivessem representantes da saúde no conselho de desenvolvimento, estes mantiveram seu olhar para as questões ambientais.

Atualmente, o Complexo Cultural do Porto Seco, inaugurado no ano de 2004 e integrante do Patrimônio Histórico Turístico e Cultural do Estado do Rio Grande do Sul a partir de 2006, vêm sofrendo com o descaso do poder municipal de Porto Alegre perante o patrimônio cultural. Embora haja legislação específica, o que vemos durante o ano, fora o período da festa de Carnaval, é a depredação e atos de violência. As obras não foram concluídas, as arquibancadas continuam sendo construídas anualmente, seguindo com o caro processo conhecido como o “monta e desmonta”.

O Complexo Cultural do Porto Seco está localizado em um espaço com 21,47 hectares, e foi pensado para abrigar o Evento Carnaval, e nas demais épocas do ano, atividades compatíveis com os espaços gerados por este, em especial sob as arquibancadas, como o Centro de Referência Étnica; Museu do Carnaval; Oficinas Culturais e Cursos Profissionalizantes; Segurança Pública; Policlínica; Restaurante-Escola; Salas de Teatro para apresentações e ensaios; Serviços de Comensal e Bebidas. Entretanto, como as arquibancadas não foram concluídas, nenhuma destas atividades estão sendo realizadas, o que reforça o descaso do poder público com o desenvolvimento dos equipamentos destinados às práticas culturais locais.

Quando este local foi aprovado através de consulta popular havia a intenção do poder público em avançar na inclusão social e cidadania. Estava intrinsecamente ligado com Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, com o desenvolvimento da cidade, tão

importante para a vida dos cidadãos. Mas, com o passar do tempo e as mudanças na administração local, com as trocas de representações políticas partidárias, o projeto inicial tem ficado somente no plano dos sonhos. O que temos são promessas de prefeitos que tentam ser populares.

As comunidades, mais uma vez, se fizeram presentes no cenário político, tentando buscar respostas para a conclusão do Complexo Cultural, através de audiências públicas e abaixo assinados entregues nos órgãos públicos. O que pude perceber, através das atas taquigráficas, foi um apelo ao poder público para a conclusão do equipamento, mas que também não produziu respostas efetivas por parte do poder público. As famílias que moram no entorno necessitam de um local para desenvolverem atividades culturais e conseqüentemente, promover saúde e bem estar, o que traria benefícios diretos para a população, sobretudo para os jovens privados de espaços para lazer e cultura.

Gostaria de terminar este trabalho com a trecho da música Samba da Minha Terra¹⁸, Dorival Caymmi (1957), que se fez presente desde o início da escolha do tema Complexo Cultural do Porto Seco: “ quem não gosta de samba bom sujeito não é, ou é ruim da cabeça ou doente do pé”.

REFERÊNCIAS

AGIR AZUL MEMÓRIA. Informativo Eletrônico. Relatório Pista de Eventos. Sambódromo Porto Alegre. **Conselho Municipal do Meio Ambiente e Câmara Técnica de Legislação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/pista.htm> > Acesso: 28 de julho de 2017.

ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES CARNAVALESCAS DE PORTO ALEGRE E DO RIO GRANDE DO SUL. AECPARS – **Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://ong.portoweb.com.br/carnavalpoa/default.php?reg=3&p_secao=3>. Acesso: 02 de setembro de 2016.

AVRITZER, Leonardo - Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático Opin. Pública vol.14 no.1 Campinas June 2008. Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000100002>> Acesso: 19.08.2017.

BATUKILIN BRASIL Dorival Caymmy - **Samba da Minha Terra** – Youtube, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pwNEBGLpnik>> Acesso: 20. 08. 2017

BITTENCOURT, Vinícius Oliveira. – **Desfile das Escolas de Samba de Porto Alegre no Porto Seco: uma análise da (ausência de) participação da sociedade carnavalesca no processo de tomada de decisão**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Administração Pública e Social. UFRGS. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/158564>> Acesso: 25 de julho de 2017.

CANCELA, Helena Cattani. - **G.R.E.S. Porto Alegre: o processo de cariocização do carnaval de Porto Alegre (1962- 1973)** - Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

CARNAVAL ALEGRE RS, Arizinho Rodrigues. Que papel é esse? – Samba de Enredo **S.B.C.R.Imperatriz Dona Leopoldina. 1998** Youtube, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hz2XvIPAq_U&index=8&list=PLOJpJbeTWcgIrs6D8ujwoYyEZPJ51HLsQ> Acesso: 02/05/2017

DIÁRIO GAÚCHO. Mídia Eletrônica. **Falta de arquibancadas no Porto Seco completa dez anos na mesma situação**. Disponível em: <<http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2014/09/falta-de-arquibancadas-no-porto-seco-completa-dez-anos-na-mesma-situacao-4602684.html>> Acesso: 18.08.2017

DUARTE, Ulisses Corrêa. **O Carnaval Espetáculo no Sul do Brasil: uma etnografia da cultura carnavalesca nas construções das identidades e nas transformações da festa em Porto Alegre e Uruguaiana**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia. UFRGS. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/37828>> Acesso: 10 fevereiro de 2017.

ESTADÃO. Mídia Eletrônica. Política. CPI poderia ligar oposição ao PT ao jogo, diz vereador. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cpi-poderia-ligar-oposicao-ao-pt-ao-jogo-diz-vereador>> Acesso: 25.08.2017.

GARCIA, Heitor Carlos Sá Britto. Fragmentos Históricos do Carnaval de Porto Alegre.

GAÚCHA. Mídia Eletrônica. **Prefeito Fortunati anuncia construção das arquibancadas fixas no Porto Seco**. Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/prefeito-jose-fortunati-anuncia-a-construcao-das-arquibancadas-fixas-do-porto-seco-423.html>> Acesso: 20.08.2017

GELEDÉS Instituto da Mulher **Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-uma-abordagem-teorica-e-guia-de-enfrentamento-do-racismo-institucional/>>. Acesso: 20. Ago.2017

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. - **Métodos de Pesquisa** /coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GERMANO, Íris. – **Os Negros e o Carnaval de Porto Alegre**: as fronteiras da etnicidade. Textura. Canoas: ULBRA, n.9.p.33-38, nov.2003 a jun.2004.

KRAWCZYK, Flávio; GERMANO, Iris; POSSAMAI, Zita. **Carnavais de Porto Alegre**. Secretaria Municipal da Cultura. Porto Alegre, 1992, 2ª Ed.

LEAL, Caroline P. - Carnaval em Porto Alegre: mulheres, entrudo, perseguição e repressão **Antíteses**, vol. 1, n. 1, jan.- jun. de 2008, pp. 209-235. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso: 20.08.2017

LÓPES, Laura Cecília. **O conceito de racismo institucional**: aplicações no campo da saúde. Interface. Comunicação Saúde Educação v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012

MAYOR, Ana Lucia de Almeida Soutto. SOARES, Verônica de Almeida - **Arte e Saúde: desafios do olhar**. Rio de Janeiro. EPSJV, 2008

MEMÓRIA CARNAVAL DE PORTO ALEGRE. Porto na Folia. Disponível em <<https://sites.google.com/site/portonafolia>> Acessado em 28/072017> Acesso: 10.08.2017.

MÍDIA ELETRÔNICA. Sul 21. **Especial Gentrificação**. Disponível em: <<http://especiais.sul21.com.br/>> Acess : 18.08.2017

MINISTERIO DA SAÚDE Biblioteca Virtual da Saúde **Política Nacional de Promoção da Saúde. Revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006** Disponível em: - <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/pnps_revisao_portaria_687.pdf > Acesso: 15.08.2017

OBSERVAPOA. Observatório da Cidade de Porto Alegre. Disponível em: <www.observapoa.com.br/> Acesso: 18.08.2017

PETIÇÃO PÚBLICA BRASIL. Abaixo-assinado pela conclusão do Complexo Cultural do Porto Seco patrimônio histórico, cultural e turístico do Estado do Rio Grande do Sul, localizado no Município de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2012N30430>> Acesso: 25.07.2017

PORTAL VITRUVIUS. **Complexo Cultural do Porto Seco**. *Projetos*, São Paulo, ano 10, n. 120.02, Vitruvius, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/10.120/3718>> Acesso: 20.08,2017

PORTO ALEGRE, RS. LEI COMPLEMENTAR Nº 661, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010. Dispõe normas gerais sobre os Conselhos Municipais, nos termos do art. 101 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, e revoga legislação sobre esse tema. **PROCEMPA**. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000031400.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>> Acesso: 20.08.2017.

_____ Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. **PROCEMPA**. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/pddua_-

_texto_alterado_ate_lc_667_final_revisado_teresinha.pdf > Acesso: 20.08.2017

____ Lei complementar N° 1235/02 em 27 de março de 2002. Autoriza a implantação do Complexo Pista de Eventos no Porto Seco, modifica a lei complementar N° 324/94 e dá outras providências. **Diário Oficial de Porto Alegre, Edição 2215.**

____ Urbanismo. Plano Diretor (ANTIGO) Íntegra da LC 434/99. Justificativa da LC 434/99 - PDDUA Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=192> Acesso: 15.08.2017

RIO GRANDE DO SUL Lei N° 12.604 de 10 de Outubro de 2006. Declara integrante do patrimônio histórico, cultural e turístico do Estado do Rio Grande do Sul o Complexo Cultural do Porto Seco, localizado no Município de Porto Alegre. **ALERGS.** Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/consulta_proposicao.asp?SiglaTipo=PL%20&NroProposicao=131&AnoProposicao=2006> Acesso: 28/07/2016

ROSA, Marcus. V. F.- **Quando Vargas caiu no samba:** um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940. Programa de Pós-graduação em História. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

SANTOS, Tavama Nunes. - **A Trajetória da S.R.B. Estado Maior da Restinga e seu Papel na Constituição da Identidade e Visibilidade do Bairro Restinga** (Porto Alegre -1977 a 2002). Porto Alegre, 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

SOUZA Campos de, Gastão Wagner. **Sete considerações sobre saúde e cultura.** Saúde e Sociedade, v. 11, n. 1, p. 105-115, 2002.

ANEXO 1 - Convites para Audiências Públicas



AUDIÊNCIA PÚBLICA *Tá na Hora!*
14/06
sexta-feira às 13h30min

COMPLEXO CULTURAL JÁ!

No Plenarinho João Neves da Fontoura,
3º andar da Assembleia Legislativa,
localizada na Praça Mal. Deodoro, 101,
Centro Histórico da capital.

**NOSSA UNIÃO É NOSSA FORÇA!
PARTICIPE!** *Tá na Hora!*

Folder divulgação Audiência Pública 1

Convite

A Comissão de Educação, Cultura,
Esporte e Juventude (Cece)
convida a comunidade a
participar de reunião

Pauta:
Conclusão das obras do Complexo Cultural
do Porto Seco

Dia 21 de agosto - Quarta-feira
19h30min

Local: Associação do Porto Seco
Av. Plínio Kroeff, 1.000

Vereadora Sofia Cavedon
Presidente da Comissão de Educação, Cultura,
Esporte e Juventude

Folder divulgação Audiência Pública 2